

AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 E SUA INTERFERÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Cláudia Cristiane Andrade Barros

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Franciny D'Esquivel Dutra

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Berta Leni Costa Cardoso

Universidade do Estado da Bahia/UNEB

Resumo: O propósito desse artigo é discutir como as novas formas de trabalho, impostas pela realidade da pandemia de Covid-19, interferem na qualidade de vida do trabalhador da educação. Para tanto, pretende-se apresentar o trabalho remoto desenvolvido por docentes e por servidores técnico-administrativos das universidades e como esse novo formato atende à lógica capitalista. Questiona se as novas demandas ocorridas decorrentes desse novo formato de trabalho promovem a perda, tanto da qualidade de vida, quanto na qualidade de vida no trabalho dessas categorias de trabalhadores. Analisa se trabalho mediado por novas tecnologias, em razão da necessidade de distanciamento social motivado pela pandemia de Covid-19, pode promover a precarização. O trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica de documentos e de estudos sobre a temática da qualidade de vida e do trabalho remoto, o qual se apresenta como nova forma de trabalho em virtude da crise sanitária em que profissionais, acostumados ao trabalho presencial, encontram-se forçados a se adaptar. Entende-se que predomina a precarização do trabalho e, conseqüentemente, isso interfere na qualidade de vida do trabalhador.

Palavras chave: Pandemia de Covid 19. Qualidade de Vida. Trabalho Remoto.

Introdução

Este artigo busca, diante da importância significativa acerca do tema qualidade de vida, refletir sobre seus conceitos e concepções. Contextualizar as novas formas de trabalho que envolvem os profissionais da educação, pois existe uma preocupação com o bem-estar não somente desses profissionais, como também dos estudantes. Portanto, em razão da conjuntura que envolve a pandemia de COVID-19, como maneira de evitar a propagação do Coronavírus, milhões de estudantes se viram obrigados a se distanciarem fisicamente das escolas e universidades.

A atual situação gerou um momento de *stress*, que impôs aos profissionais da área educacional, a necessidade de superar esse período de crise, possibilitar momentos de

aprendizagem e manter a estrutura das instituições em funcionamento. Nessa perspectiva, entram em cena as novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, lançando mão do uso das tecnologias como única forma possível de se manter o vínculo entre professor e aluno ainda que muito distante de atingir a totalidade, bem como dispor da mão de obra dos servidores técnico-administrativos.

Diante do contexto apresentado, questionamo-nos se as novas demandas ocorridas, decorrentes desse novo formato de trabalho, impostas pela pandemia de Covid-19, interferem e promovem a perda tanto da qualidade de vida quanto da qualidade de vida no trabalho dessas categorias de trabalhadores?

Para responder a esse questionamento nos aportamos em referências bibliográficas de bases científicas como revisão sistemática de livros, documentos produzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e produções científicas nacionais publicadas sobre qualidade de vida e sobre o trabalho na pandemia.

Analisa-se o quanto as reformas educacionais e previdenciárias têm contribuído para a precarização do trabalho e, conseqüentemente, para a perda da qualidade de vida desses profissionais, e como a atual crise do sistema capitalista assume uma dimensão ainda maior com a pandemia com níveis ainda mais desumanos.

Qualidade de Vida Conceitos e concepções

No que se refere à qualidade de vida, os conceitos e concepções são os mais diversos. Podemos começar destacando a etimologia do termo qualidade que deriva de *qualis* (latim) e significa o modo de ser característico de alguma coisa, tanto considerada em si mesmo, como relacionada a outro grupo, podendo assim, assumir características tanto positivas quanto negativas. Entretanto, quando se fala em qualidade de vida, acredita-se que, geralmente, refere-se a algo bom, digno e positivo (SANTIN, 2002).

O senso comum se apropriou do termo qualidade de vida, para referir melhorias de ordem econômica, social ou emocional na vida das pessoas ou mesmo um alto padrão de bem-estar. Contudo, ela se mostra como uma área de conhecimento em processo de definição, mas que sempre está associada a uma percepção positiva da vida.

Segundo a Organização Mundial de Saúde — OMS (1995), a definição de qualidade de vida é a “percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro de um contexto de sistemas, de cultura e valores nas quais está inserido em relação aos seus objetivos,

expectativas, padrões e preocupações”. Trata-se de uma definição que contempla saúde física e mental.

Entretanto, é muito subjetivo definir saúde mental, uma vez que, segundo a OMS, não existe uma definição oficial, porém saúde física nos remete a idealizar um indivíduo saudável, que não apresente doenças, que tenha um metabolismo funcionando bem, que tenha tido uma infância saudável e condições dignas de trabalho. Portanto, podemos pensar qualidade de vida como o privilégio do indivíduo de possuir saúde física e mental.

Segundo Matos (1999), quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais. Leva-se em conta que qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que está relacionada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental, assim como a própria estética existencial, dentre tantos outros aspectos que podem ser adotados por um indivíduo e não ser por outro. Pesquisadores como Mertin & Stocker (1998) sugerem que qualidade de vida seja definida em termos da distância entre expectativas individuais e realidade, sendo que quanto menor a distância, melhor.

Na década de 1990, o filósofo alemão Hans-Magnus Enzensberger (2003), considerava que o luxo do futuro, um dos patamares mais elevados da qualidade de vida, não seriam coisas que podem ser compradas em qualquer esquina, do ponto de vista do consumo capitalista, mas o atendimento aos pré-requisitos elementares da vida, isto é, o que seria menos supérfluo do que estritamente necessário. Segundo ele, os novos luxos seriam: tempo, atenção, espaço, sossego, meio ambiente e segurança. Nada mais atual em meio à crise estrutural do sistema capitalista que se mostra ainda mais cruel no contexto da pandemia de Covid -19.

Devido à complexidade e à relatividade da noção, é grande a preocupação com questões relacionadas à qualidade de vida. Percebe-se que a falta de consenso conceitual é marcante, estudos nas áreas de ciências humanas e biológicas vem se movimentando no sentido de valorizar parâmetros mais amplos. Assim, qualidade de vida é abordada por muitos autores como sinônimo de saúde, enquanto para outros, vai muito além, dado que as condições de saúde seriam apenas um dos aspectos a ser considerado (FLECK *et. al.*, 1999). Dependendo da área de interesse, muitas vezes, muda-se o conceito de qualidade de vida, o que torna essa temática de difícil compreensão, de modo que se faz necessário certas delimitações que possibilitem sua operacionalização em análises científicas.

Percebe-se, então, uma mudança nos enfoques tratados, quando se fala do tema, porém, verifica-se que a intenção é de acrescentar vida aos anos e vida com qualidade. Entretanto, ao se aprofundar, acaba-se levando em conta além dos aspectos objetivos, também os aspectos

subjetivos, que não podem ser separados, pois existem condições presentes na vida das pessoas que irão influenciar sua percepção ou subjetividade acerca da qualidade de vida.

Diante de tantos aspectos apresentados, o tema se mostra como um constructo que transita em um campo multidisciplinar: de um lado a noção de qualidade de vida está relacionada ao modo, às condições e ao estilo de vida, por outro lado, relaciona-se ao campo da democracia, ao dos direitos humanos e sociais. Pode-se tratar também de aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável e à ecologia humana ou ainda à saúde. As noções se unem em uma construção coletiva dos padrões de conforto, de tolerância e de bem estar que determinada sociedade estabelece como parâmetro para si. Surge, com isso, uma dificuldade de entendimento demonstrada em vários estudos: seria a qualidade de vida um domínio ou dimensão apenas da saúde? Ou seria a saúde uma dimensão ou domínio da qualidade de vida?

O interesse pela vida na contemporaneidade e o desejo que as pessoas sentem em bem viver permitem superar as dificuldades conceituais e considerar os pontos objetivos que são importantes em um estudo acadêmico. Cabe considerar, também, os aspectos subjetivos com suas percepções igualmente significativas e, apesar de toda sua complexidade, é um tema atual e de extrema relevância em várias perspectivas, sobretudo no contexto da pandemia em que vivemos, desde 2020, e que tem afetado de forma direta os trabalhadores da educação.

Não se trata apenas de uma questão individual, mas social e coletiva, em que os campos das atividades produtivas e do ócio, inclusive a utilização de novas tecnologias, influenciam em políticas e práticas, mascarando angústias e dilemas de um cotidiano estressante, principalmente no contexto atual.

As Novas Formas do Trabalho Docente e seus impactos na Qualidade de Vida

A LDB 9.394/96 no artigo 67º, inciso VI, contempla, de maneira subjetiva, entre os princípios orientadores, que “o profissional da educação deverá ter condições adequadas de trabalho” (BRASIL, 1996, s/p.), para tanto elas devem ser garantidas para os profissionais que estão em exercício na escola, que é responsabilidade do Estado. Entretanto, o texto não explica quais são as condições mínimas para que o docente realize satisfatoriamente sua atividade educacional. Dessa maneira, não vislumbramos na legislação caminhos que efetivem as condições de trabalho docente.

Diante de tais condições de trabalho, é possível visualizar um quadro preocupante, observa-se que no bojo das reformas educacionais e previdenciárias é possível perceber um quadro de profunda apatia e desânimo vivenciado por grande parte da categoria que se encontra

sem reconhecimento e, muitas vezes, sem esperança, dada as condições atuais de precarização do trabalho no âmbito da educação.

O momento histórico atual é marcado por uma crise estrutural do sistema capitalista, em que a exploração do trabalho já assume níveis desumanos, aliado a esse cenário surge a pandemia de COVID-19 que constitui um período extremamente delicado para a categoria docente e revela as fragilidades do sistema educacional.

Mudanças de ordem mundial, no que se refere ao modo de produção capitalista, intensificaram-se no âmbito educacional brasileiro incapacitando o Estado de responder às emergências, como afirma Santos (2020). As respostas que os estados estão a dar a crise varia de estado para estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, isto é, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que antecipadamente são anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável.

Incapacidade esta que, de acordo Barros *et al.* (2021), evidencia um contexto em que a atuação do profissional docente foi obrigada a ser redesenhada, devido à necessidade de utilização de novas tecnologias, ainda que sem atender à totalidade de alunos. Com isso, o uso de ferramentas eletrônicas — a exemplo das mídias sociais, entre outras tecnologias — fez com que todos os outros professores que atuam na educação vivenciassem uma sobrecarga, bem como o acúmulo de trabalho, além do aumento do tempo para o preparo das aulas que, no momento, necessita de recursos tecnológicos e pedagógicos para as atividades docentes

Diante de tais mudanças, cabe ao profissional se reinventar, mudar sua prática pedagógica, a fim de que os resultados sejam melhorados de forma expressiva. Porém, desde março de 2020, em razão da crise sanitária, ainda que sem nenhuma formação, o professor se encontra em um contexto no qual é obrigado a se adequar ao ensino remoto. Segundo Junqueira (2020, *on-line*) a atividade remota consiste em fazer alguma atividade temporária via internet, em situações precárias e emergenciais, para tentar reduzir danos da aprendizagem por meio de um sistema de ensino que originalmente foi pensado para ser aplicado de forma presencial.

O MEC, então, diante da situação emergencial, apontou um caminho, “autorizou, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios de tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020, *on-line*). Essa portaria possibilitou considerar algumas alternativas de ensino-aprendizagem mediadas por tecnologias em rede como: Educação a Distância (EaD), Educação *on-line* (EOL), Ensino Doméstico (*homeschooling*), Atividade Escolar Remota, Ensino Híbrido, entre outras possibilidades (JUNQUEIRA, 2020).

As mudanças na dinâmica das escolas estão cada vez mais gerenciais. O aumento da burocracia é algo visível, pois instalou-se uma dinâmica de mudança nos dias das ACs (atividade complementares), em que os professores se reuniam por área para planejamento. Ocorre que depois da contratação dos coordenadores já não existe mais esse tempo, pois ele é tomado semanalmente pela coordenação para os informes e cobranças para que sejam executados os projetos, o que ocupa o tempo de planejamento do professor para suas atividades. Com isso o profissional passa a planejar suas atividades em outro horário, não remunerado, fato este que sobrecarrega o professor e afeta diretamente na qualidade de vida deste profissional.

A compreensão acerca das condições de trabalho docente por si só já é preocupante, aliada às reformas educacionais em curso, à política de Estado mínimo e às cobranças no sentido de aproximar a educação da lógica de mercado, com cobranças ao profissional da educação de cunho gerencial e de alta performance. Isso obriga o professor a rever suas práticas e se reinventar, pois diante das avaliações externas realizada pelos alunos, o professor se sente ainda mais cobrado, de modo que essas alterações no seu trabalho contribuem para a precarização.

Geralmente, os professores são profissionais sobrecarregados, pois além de enfrentarem extensas jornadas de trabalho, na maioria das vezes desenvolvem problemas de saúde como ansiedade, estresse e depressão. Tudo isso contribui para a precarização e, diante dessa realidade, passa a existir uma perda na qualidade de vida do professor relacionada a seu trabalho.

Nesse contexto, refletir sobre a qualidade de vida do profissional docente é algo que se torna complexo, ao passo que remete ao pensamento de fatores que podem interferir para o ganho ou perda da sua qualidade de vida. Torna-se então necessário analisar a realidade encontrada para diante dela elencar alguns fatores que contribuem para que o indivíduo a conquiste.

É fato que a maior parte dos docentes no nosso país trabalham em condições precárias. Ewald *et al.* (2006) no editorial da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, apontam alguns fatores relacionados à precarização do trabalho, como a jornada de trabalho excessiva, quando muitos trabalham 40 ou 60 horas semanais para arcar com suas despesas. Ocorre que essa jornada extensa interfere diretamente na vida pessoal e social, em seu estado de saúde física e emocional, reafirmado por Forattini e Lucena (2015, p. 39-40) segundo os quais,

A falta de reconhecimento, a desvalorização e a perda do significado social levam o trabalhador a um estado de angústia e frustração e, conseqüentemente, ao adoecimento. A carga de trabalho em uma profissão [...] deve ser compreendida sob dois aspectos: a carga física suportada pelo corpo e a carga mental que o autor propõe separar em um referencial específico os elementos afetivos e relacionais ao qual chamou de carga psíquica do trabalho.

Diante do quadro atual de condições precárias de trabalho, cabe ao profissional buscar ressignificar sua profissão, pois é uma profissão que requer que o indivíduo seja incrivelmente forte para lidar com dificuldades e situações extremamente exigentes, resistir à pressão do ambiente em que está inserido, ser otimista e prosseguir confiante, sem se deixar abater pelas circunstâncias. Isso demanda a busca e dispêndio uma força psíquica a qual os psicólogos chamam de resiliência, para que se evite o adoecimento físico e mental.

Para além desse contexto de carência de formação, faltam de condições de trabalho o que acaba por violar direitos. Observa-se na atualidade índices altos de adoecimento mental da categoria. Portanto, é preciso considerar que a tão sonhada qualidade de vida envolve fatores físicos e mentais, aspectos objetivos e subjetivos, que além de envolver questões de ordem concreta, considera também variáveis históricas.

A relação entre as condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos das universidades e a qualidade de vida

Ao longo da história, o trabalho sempre ocupou o papel de uma atividade vital para a vida do ser humano, seja na luta pela sobrevivência ou para garantir sua dignidade, sendo considerado um dos elementos essenciais para a constituição da vida do indivíduo e construção de sua identidade (ANTUNES, 2009). Apesar de ser condição para existência humana, com o surgimento do sistema capitalista, o trabalho passa a ser um objeto para garantir a subsistência do homem, o qual passa a ser tratado como mercadoria. Se antes o trabalho poderia caracterizar-se como uma satisfação laboral, com o capital passa a se tornar um esforço penoso. O que antes poderia ser considerado um transformador social, agora passa a ser fonte de desumanização por deixar de atender aos interesses e desejos do ser humano para priorizar unicamente aos interesses do capital.

Dessa forma, o trabalho assume um novo aspecto ao adquirir o *status* de mercadoria, subordinado aos imperativos da produção do capital, sem considerar as necessidades humanas, subsistindo com um único fim: o de satisfazer o interesse de acumulação do capital. A dicotomia do trabalho revela suas duas dimensões, podendo ser fonte de humanização e integração social como de degradação e estranhamento (RIBEIRO; MARTINS, 2011). Nessa linha, Mészáros (2011) faz uma abordagem histórica quanto ao papel do trabalho em diferentes contextos. Demonstra como o modo capitalista o trata como simples objeto, reduzindo o ser humano à mera “condição material de produção”. O ser humano nada mais é senão uma parte estritamente

subordinada, enquanto um “fator material de produção” e a finalidade da produção é a multiplicação sem fim da riqueza (MÉSZÁROS, 2011).

As últimas décadas têm sido marcadas por grandes transformações nas relações de trabalho decorrentes da crise do Estado que afeta todos os setores da economia, incluindo o setor público. Conforme Ball (2014), três estruturas vêm impactando a sociedade: o neoliberalismo, o Estado e a globalização, tais impactos são desdobramentos da lógica mercantil a serviço do projeto neoliberal, alinhado às normativas empresariais, em detrimento de uma condição de humanização da educação e da emancipação humana.

Diante desse contexto, o serviço público vem sofrendo com os imperativos de um sistema capitalista alinhado à lógica de reprodução do capital, em que o crescimento da política neoliberal e a influência da globalização têm incentivado as privatizações com a redução do papel do Estado como agente regulador, inserção de novos modelos de gestão e inovações tecnológicas. Essas transformações no mundo do trabalho impactam os processos de subjetivação dos trabalhadores, decorrentes do sistema sociometabólico do capital, no qual as determinações estão acima dos interesses subjetivos.

Nesse cenário de profundas modificações no processo do trabalho e de desvalorização do sujeito, os servidores técnicos administrativos das universidades vêm sofrendo com os imperativos deste sistema que não possui limites para sua expansão. Cada vez mais, o serviço público tem se alinhado aos ditames do capital sob um gerencialismo que submete os servidores aos critérios empresariais, contrariando a dimensão humana do trabalho. Neste contexto, é preciso compreender a relação entre o trabalho e a qualidade de vida do sujeito para que se conheça o vínculo deste com o ambiente que o cerca (BARBOSA, 1998).

As condições de trabalho do indivíduo estão diretamente relacionadas com a qualidade de vida. Nas universidades, o Estado, buscando organizar a administração pública, tem inserido o gerencialismo como modelo de gestão, utilizando mecanismos de controle com o propósito de assegurar os padrões de eficiência e eficácia dos serviços, priorizando os critérios de produtividade, programas de responsabilização e rigorosos sistemas de avaliação, sintonizados com a gestão empresarial. As avaliações, centradas em resultados e que não buscam um realinhamento das condições de trabalho, só ampliam a precarização do serviço. Em face disso, o servidor sofre com a desvalorização do trabalho mediante a implementação de serviços alternativos como a mão de obra terceirizada e a introdução de formas de gestão de caráter empresarial que podem ensejar a quebra da imparcialidade e do tratamento igualitário.

As condições de trabalho e as mudanças em suas relações são algumas das causas dessa desumanização que tem impactado na qualidade de vida do sujeito e, conseqüentemente, em

sua saúde. Esses fatores trazem consequências ao trabalhador elevando o índice de adoecimento, estimulado pelo discurso capitalista que enfatiza a fiscalização, controle, cumprimento de prazos, competitividade e índices de desempenho criando um ambiente de estresse no exercício das funções. Esse cenário ocasiona um ambiente de trabalho em que o outro é visto como concorrente, o que retira o espírito de solidariedade e eleva o individualismo e o sentimento de insegurança. Conforme Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010),

[...] são processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social (p. 231).

Todos esses elementos constituem fatores que desencadeiam o sentimento de esvaziamento dos sentidos do trabalho para os servidores públicos universitários, assim como refletem na perda da autoestima, no desempenho funcional e, conseqüentemente, na qualidade de vida deste profissional. Assim, a relação desta categoria com o trabalho torna-se mais um objeto de obrigação e de cumprimento de tarefas do que uma satisfação laboral, o que pode acarretar o quadro de adoecimento físico e mental. Sob este aspecto é preciso destacar que a qualidade de vida do indivíduo não se restringe unicamente a fatores subjetivos. A análise da qualidade de vida do sujeito também leva em consideração aspectos subjetivos, dentre os quais as relações interpessoais, a realização enquanto profissional, a satisfação laboral, conforme Almeida, Gutierrez e Marques (2012),

A análise de qualidade de vida sob um aspecto subjetivo também leva em conta questões de ordem concreta, porém, considera variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual sobre as condições de bens materiais e de serviços do sujeito. Não busca uma caracterização dos níveis de vida apenas sobre dados objetivos; relaciona-os com fatores subjetivos e emocionais, expectativas e possibilidades dos indivíduos ou grupos em relação às suas realizações, e a percepção que os atores têm de suas próprias vidas, considerando, inclusive, questões imensuráveis como prazer, felicidade, angústia e tristeza (p. 21).

O capital pandêmico evidenciou um sistema metabólico que a tudo destrói e escancara a desigualdade e a precarização do trabalho (ANTUNES, 2020). Não obstante os cortes de direitos, políticas de caráter neoliberal, contingenciamento de salários e a proliferação de contratos temporários e terceirizados, o gerencialismo, como modelo de gestão, firmado em padrões de eficiência, eficácia e qualidade tem requerido do servidor público universitário maior responsabilização e produtividade. Aliado a este contexto, as novas tecnologias de informação e comunicação ampliaram a precarização deste trabalhador que se viu obrigado a

readequear a uma nova forma de gerir processos e pessoas, tornando-se um sujeito cada vez mais tecnicista seguindo os critérios destrutivos do capital. É o que destaca Antunes (2002, p. 338), ao afirmar que “é necessário acrescentar que as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submete à racionalidade do capital e à lógica dos mercados”.

Com o sucateamento das universidades públicas, há anos sem concurso público, o servidor acabou sofrendo com a sobrecarga de trabalho, sem contar o número de servidores aposentados ou, até mesmo, afastados para tratamento de saúde. Tal realidade revela o quanto a precarização do serviço público acarreta na má qualidade de vida deste profissional e no quadro de adoecimento. Somado a isso, a ausência de perspectivas para o crescimento da carreira, a negativa de políticas públicas de investimento em qualidade de vida no trabalho (QVT) e a pressão por resultados têm sido fatores preponderantes para contribuírem com o estresse ocupacional destes profissionais.

Ademais, há que se considerar o papel que este tipo de profissional ocupa dentro das universidades. Muito embora não seja responsável pela execução das atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), é preciso destacar que sem a execução das atividades meio, a universidade não poderia cumprir, em sua integralidade, com o papel de difundir o conhecimento. Afinal, para que as atividades fins sejam efetivamente realizadas, o servidor público tem que desempenhar sua função administrativa atendendo a todos os requisitos a ele imposto, de forma tempestiva e no alcance dos resultados.

Ante a esse fator, é preciso destacar que na maior parte das instituições superiores (IES) não existe o reconhecimento desta importância. Essa falta de reconhecimento profissional, seja por parte da própria administração ou, até mesmo, da sociedade que vê o servidor público com um olhar estigmatizado, como definido pelo Ministro Guedes de "parasita", acaba marginalizando ainda mais a carreira deste profissional. Isso tudo repercute diretamente no desempenho funcional e, conseqüentemente, na qualidade de vida deste sujeito.

Diante deste quadro de precarização do serviço público, acentuado pelas profundas mudanças nas relações de trabalho que impactam diretamente na saúde física e mental do servidor público universitário, é fundamental que se invista em Programas de Qualidade de Vida no Trabalho direcionadas à saúde e bem-estar físico destes profissionais. Propor ações voltadas ao desenvolvimento da qualidade de vida, significa investir não apenas na saúde destes sujeitos, como também na qualidade do serviço prestado, tendo em vista que as condições de saúde do trabalhador refletem em diretamente em seu desempenho.

Considerações finais

As grandes transformações nas relações do trabalho, decorrentes da crise do Estado e intensificadas pela pandemia de Covid-19 refletiram diretamente nas condições de saúde dos trabalhadores da educação.

Com a pandemia, a precarização do trabalho repercutiu na qualidade de vida do servidor docente e técnico-administrativo universitário que tiveram que se (re)alinhar aos ditames do sistema capitalista. A inserção das novas tecnologias foi um dos fatores que interferiram na saúde física e mental destes profissionais que tiveram que continuar prestando seus serviços, sem a qualificação necessária e sob uma responsabilização ainda maior.

Diante deste contexto, verificou-se um quadro de adoecimento físico e mental desses profissionais que se viram obrigados a se readequarem a um modelo gerencialista, focado unicamente em resultados, no qual o trabalhador é apenas mais um produto do sistema metabólico do capital.

Ademais, as reformas educacionais e previdenciárias intensificaram a precarização do trabalho, gerando um quadro de apatia e desânimo por parte destes servidores, dada as más condições de trabalho. Trata-se de uma questão de ordem social e coletiva, em que se deve avaliar as políticas públicas direcionadas à saúde e ao bem-estar destes profissionais, bem como as condições de trabalho as quais são submetidos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Luis Gustavo; MARQUES, Renato. **Qualidade de Vida:** Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP. Edições EACH. São Paulo. 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho:** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 8ª edição. Editora Unicamp. 2002.
- ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy. **Infoproletários:** Degradação real do trabalho virtual. São Paulo. Boitempo Editorial. 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** O trabalho sob fogo cruzado. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- BALL, Stephen J. **Educação global S.A.:** novas redes de política e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção. In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (org.). **A temática ambiental e a**

pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401- 423.

BARROS, C. C. A., Souza, A. da S., Dutra, F. D., Gusmão, R. S. C., & Cardoso, B. L. C. (2021). Precarização do Trabalho Docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. **Ensino Em Perspectivas**, 2 (2), 1-23. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensini>. Acesso em: abril de 2021.

BRASIL. **Portaria nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-10/brasil-> Acesso em: 28/07/2020.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Ziguezague: ensaios.** Imago, 2003.

FLECK, M.P.A; *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100) **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 33, n.2, p.198-205, 1999.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, Vol. 1, n. 2, mai-ago. 2015, p.32-47.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. Saúde ocup.** São Paulo. 2010.

JUNQUEIRA, Eduardo. Não se pode confundir educação. Rio de Janeiro, 2020. Facebook: e Junqueira. Disponível em: <https://www.facebook.com/ejunqueira/posts/10223345672096526>. Acesso e: 20/01/2021.

LUIGI, R.; SENHORAS E. M. O novo coronavírus e a importância das organizações internacionais. **Nexo Jornal**, 2020. Disponível em: [www. Nexojornal.com.br](http://www.Nexojornal.com.br). Acesso em: 20/01/21.

MANCEBO, Deise; EWALD, Ariane; PRESTRELO, Eleonora Torres; UZIEL, Ana Paula. Em discussão: O trabalho docente. Editorial. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro/RJ, ano 6, n.1, 1º sem. 2006.

MATOS, Olgária. **As formas modernas do atraso.** Folha de S. Paulo, p.3, 1999.

MERTIN AJ; STOLCKLER M. 1998. Quality of life assessment in health care research and practice. **Evaluation & Health Professions** 21 (2): 141–156.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OMS. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and medicine**. V.41, n10, 1995, p.403-409.

RIBEIRO, Sandra Fogaça Rosa; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **Sofrimento psíquico do trabalhador da saúde da família na organização do trabalho**. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 2, p. 241-250, 2011.

SANTIN, S. Cultura corporal e qualidade de vida. *Kinesis*, Santa Maria, v.27, p.86-116, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**, Coimbra: Almedina: 2020.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Cláudia Cristiane Andrade Barros

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação PPGed/UESB. Especialista em metodologia do Ensino e da Pesquisa em Matemática e Física. Especialista em Educação Inclusiva. Graduada em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática, .Docente do Colégio Estadual Abdias Menezes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/GEPRÁXIS/CNPq). E-mail: claudiacrisbarros@yahoo.com.br

Franciny D'Esquivel Dutra

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação PPGed/UESB. Possui graduação em Direito pela Universidade José do Rosário Vellano — MG no ano de 2001. Especializada em Gestão Universitária - UESB, MBA Executivo em Gestão Pública pela Universidade Ucamprominas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/GEPRÁXIS/CNPq). É servidora Técnica da UESB. E-mail: fandutra@gmail.com

Berta Leni Costa Cardoso

Pós-doutora em Educação pela Universidade, Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora adjunta no Departamento de Educação do Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus XII. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)/Campus Vitória da Conquista — BA. Membro do Grupo de Estudos e pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq) e líder da LEPEAF – Linha de Estudos, Pesquisa e Extensão em Atividade Física.. E-mail: bertacostacardoso@yahoo.com.br